



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 176.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/09/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 04/09/2025

ORDEM DO DIA

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2024, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin em Matéria Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2023. Além disso, denunciou a perseguição política ao ex-Presidente Evo Morales, na Bolívia. Relatou ter recebido, junto a outros Parlamentares, o ex-Chanceler boliviano para discutir o assédio e as ameaças contra Morales, inclusive a possibilidade de criminalização internacional com apoio dos Estados Unidos. Criticou também a intervenção norte-americana na América Latina e lembrou declarações de Elon Musk sobre o golpe na Bolívia e o interesse de empresas estrangeiras no lítio e em terras raras. Por fim, prestou solidariedade aos povos indígenas que protegem Morales e condenou o uso do “lawfare” para fragilizar lideranças políticas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2024, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, celebrado em Brasília, em 17 de maio de 2022. Além disso, lembrou que, na véspera, a Câmara aprovou medidas para combater fraudes que prejudicam aposentados e pensionistas, ressaltando que investigações da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal precisam ir a fundo. Comentou ainda o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a trama golpista, observando que generais têm se descolado do ex-Presidente Jair Bolsonaro, e defendeu que “golpismo nunca mais aconteça”, criticando pedidos de anistia para envolvidos sem demonstração de arrependimento.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado fez um alerta sobre o cenário internacional, denunciando um carregamento de aço brasileiro com destino à IMI Systems em Israel, programado para sair do Porto de Santos para Haifa em 7 de setembro de 2025. Relatou tratar-se de barras de aço de duplo uso que alimentariam a indústria militar israelense. Finalizou pedindo pressão imediata sobre as autoridades para revogarem a licença de exportação, afirmando que o Brasil não pode contribuir para o genocídio do povo palestino nem manter acordos militares que fortaleçam a produção de armas por Israel.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 318, de 2024, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, celebrado em Brasília, em 17 de maio de 2022. Além disso, declarou voto contrário ao PDL nº 270,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 176.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/09/2025

de 2024, tratado de cooperação com Benin e apontou a necessidade de maior foco nas relações exteriores, citando que o acordo, assinado por Lula no início de 2023, sinalizou como o PT pretendia conduzir o Brasil em direção diversa.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023. Além disso, denunciou pressões externas sobre o País, como, por exemplo, a condição dada pelo o Vice-Secretário de Estado dos Estados Unidos para revisar as tarifas impostas ao Brasil. Relatou a exigência do encerramento de processos judiciais contra Jair Bolsonaro e outros investigados, o que classificou como “escandaloso” e “inaceitável”. Comparou ainda a postura norte-americana a práticas imperialistas e disse que, às vésperas do 7 de setembro, é necessário reafirmar a independência do Brasil, defendendo soberania nacional com justiça social.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado relatou reunião com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, que representa profissionais da educação de Araruama (RJ) e Saquarema (RJ). Afirmou que os trabalhadores lutam pelo cumprimento do piso nacional do magistério e pela paridade entre ativos e aposentados. Criticou ainda a Prefeitura de Araruama, que teria recursos para pagar o piso, e a de Saquarema, que paga apenas o mínimo e adota um abono considerado abusivo, com descontos até para quem apresenta atestado médico. Por fim, convocou para o Grito dos Excluídos no 7 de setembro, defendendo direitos sociais e responsabilização de golpistas.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.546, de 2024, que proíbe a cobrança de mensalidades de associações, sindicatos e entidades afins diretamente na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS. Afirmou que a medida responde a abusos e fraudes identificados pela CPMI do INSS e cria mecanismos inéditos de ressarcimento, auditoria e responsabilização de instituições financeiras, além de modernizar regras do crédito consignado com exigência de biometria, autenticação multifatorial e maior transparência. Declarou, por fim, que a proposta reforça a proteção dos idosos, resgata a credibilidade do INSS e transforma denúncias em soluções legislativas para garantir justiça e respeito aos beneficiários previdenciários.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou que o 7 de setembro, marco da Independência do Brasil, deve ser mais que uma data histórica: precisa ser um projeto contínuo de liberdade e responsabilidade. Alertou que a liberdade de expressão, a segurança das famílias, a integridade das instituições e o futuro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 176.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/09/2025

econômico do País estão sob ameaça, exigindo combate firme ao crime organizado, à corrupção e a políticas que afastam os cidadãos da prosperidade.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.850, de 2025, enfatizando sua importância para a agricultura do Acre. Explicou que a proposição busca resolver a grave insegurança jurídica causada por embargos, multas desproporcionais e apreensões realizadas pelo IBAMA e ICMBio, que afetam milhares de produtores rurais e comprometem a economia local. Ressaltou ainda que a proposta prevê anistia de infrações administrativas ambientais até 31 de dezembro de 2024, condicionada à adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), suspendendo embargos durante o processo e revisando sanções excessivas. Por fim, relatou que a medida promove equilíbrio entre preservação ambiental, justiça social e viabilidade econômica, fortalecendo o setor rural e a sustentabilidade na Amazônia Legal.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou a Campanha Setembro Verde, iniciativa que, desde 2015, promove a inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência em São Paulo. Ressaltou o tema deste ano, “Nossa diferença é nossa maior força”, enfatizando que a diversidade é riqueza e fortalece a sociedade. Reforçou também a importância de ações concretas, como palestras, eventos culturais, iluminação de prédios e campanhas educativas, além de políticas públicas robustas em educação, saúde e mercado de trabalho. Como presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Apaes, comprometeu-se a acompanhar e fortalecer essas iniciativas, convocando Estado, empresas e sociedade civil a se unirem para garantir acessibilidade, inclusão plena e oportunidades reais para pessoas com deficiência.

ENCERRAMENTO